Edição 227- 07/2023

Ano 18

algomais

A REVISTA DE PERNAMBUCO

O PODER DA UNIÃO

Ramal de Suape da Transnordestina está mais próximo de ser realidade, graças ao esforço conjunto de empresários, políticos e da sociedade civil organizada.

21/07 - 27/07

Sabia que Recife tem 5 mil novas vagas em creches?
Issooo! E 138 escolas em obras ao mesmo tempo.
E mais 2 mil profissionais contratados.
RECIFE
PREFEITURA

E tu visse que Recife tem a rede mais tecnológica do país?
E então! Tem tablet, computador, smart TV.
Sem falar na internet 100% fibra!
Educação é mais futuro!
Secretaria de Educação
RECIFE
PREFEITURA

INSTRUÇÕES PARA LER A SUA ALGOMAIS

1- Para ampliar um texto ou infográfico, basta dar dois cliques no local desejado.

2 - No sumário, clique na foto ou no número da página que você deseja ler e, assim, será automaticamente levado à página de leitura de sua preferência.

3 - No final de cada matéria, junto ao número da página, clique no ícone indicativo, e você será encaminhado ao sumário para dar continuidade à sua leitura.

Boa Leitura!

editorial

Cláudia Santos - Editora Geral

Nº 227 - Julho/2023

Depois de passarmos um amargo período de polarização, que tanto mal fez ao Brasil, é reconfortante constatar a união dos pernambucanos em defesa da construção do trecho de Suape da Transnordestina. Nesta semana empresários locais reunidos na Fiepe (Federação da Indústria de Pernambuco) entregaram a políticos um documento pleiteando a manutenção da conexão do porto à ferrovia e a inclusão do trecho Salgueiro-Suape no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e no PPA (Plano Plurianual).

Chamou a atenção a diversidade partidária dos políticos presentes que se comprometeram com o pleito. A matéria de capa mostra como essa união tem tornado cada vez mais factível a construção da linha Salgueiro-Suape. Porém, também é certo que a mobilização deve continuar até quando – como disse o senador Humberto Costa – o ramal "estiver garantido, viabilizado e no orçamento".

As autarquias municipais de ensino superior também têm recorrido aos políticos. Elas solicitam verbas públicas para garantir o acesso gratuito dos alunos do interior a seus cursos. Ana Gleide Leal, presidente da associação dessas instituições em Pernambuco, fala, em entrevista, da importância dessas faculdades e dos seus desafios.

Confira na coluna *Algomais Sustentabilidade* o projeto de plantio de agroflorestas no Agreste e não deixe de ler o artigo de Francisco Cunha sobre a urgência de restabelecer o planejamento público estratégico em todas as estâncias federativas.

Boa Leitura!

expediente

Diretoria Executiva
Ricardo de Almeida
ralmeida@tgi.com.br

Diretoria Comercial
Dionízio Alves
dionizio@tgi.com.br

Diretoria de Inovação
Mariana de Melo
mariana@algomais.com

Editoria Geral
Cláudia Santos
claudia@algomais.com

Reportagens
Cláudia Santos
Rafael Dantas

Editoria de Arte
Rivaldo Neto
neto@algomais.com

Redes Sociais
Rafael Dantas
rafael@algomais.com

Capa
Henrique Pereira

Conselho Editorial
Beatriz Braga, Carla Miranda, Cláudia Santos, Dionízio Alves, Fábio Menezes, Fátima Guimarães, Francisco Cunha, Gilberto Freyre Neto, Gilliatt Falbo, Henrique Pereira, João Rego, José Durval Lins, Mariana de Melo, Marta Lima, Nivaldo Brayner, Rafael Dantas, Ricardo de Almeida, Rivaldo Neto, Teresa Ribeiro e Tiago Siqueira

Nossa Missão

Prover, com pautas ousadas, inovadoras e imparciais, informações de qualidade para os leitores, sempre priorizando os interesses, fatos e personagens relevantes de Pernambuco, sem louvações descabidas nem afiliações de qualquer natureza, com garantia do contraditório, pontualidade de circulação e identificação inequívoca dos conteúdos editorial e comercial publicados.

Os artigos publicados são de inteira e única responsabilidade de seus respectivos autores, não refletindo obrigatoriamente a opinião da revista.

Uma publicação da Editora INTG
Endereço: Rua Barão de Itamaracá, 293 Espinheiro
CEP 52.020-070 Recife PE Brasil
Tel. (81) 3134 1740
www.algomais.com

EDITORA INTG

26.

UNIDOS PELA FERROVIA

Em evento realizado na Fiepe (Federação das Indústrias de Pernambuco) políticos de diferentes matizes partidários se comprometeram com a defesa da construção do trecho Salgueiro-Suape na Transnordestina. Eles receberam de empresários documento que pleiteia a inclusão do ramal do porto pernambucano no PAC e no PPA.

07.

Acesso à Graduação

Presidente da Assiespe (Associação das Instituições Municipais do Ensino Superior de Pernambuco), Ana Gleide Leal, aborda a importância das autarquias para o acesso dos alunos do interior à faculdade e defende a dotação delas no orçamento dos governos.

22.

Algomais Sustentabilidade

Plantio de agroflorestas no Agreste e a vulnerabilidade da caatinga à mudança climática.

38.

Última Página

Francisco Cunha defende a retomada do planejamento estratégico na União, na região, no Estado e no município.

entrevista

ANA GLEIDE LEAL

Presidente da Assiespe (Associação das Instituições Municipais do Ensino Superior de Pernambuco) aborda a importância dessas faculdades para formar profissionais no interior. Embora elas sejam públicas, se esforçam para obter verbas para oferecer cursos gratuitos.

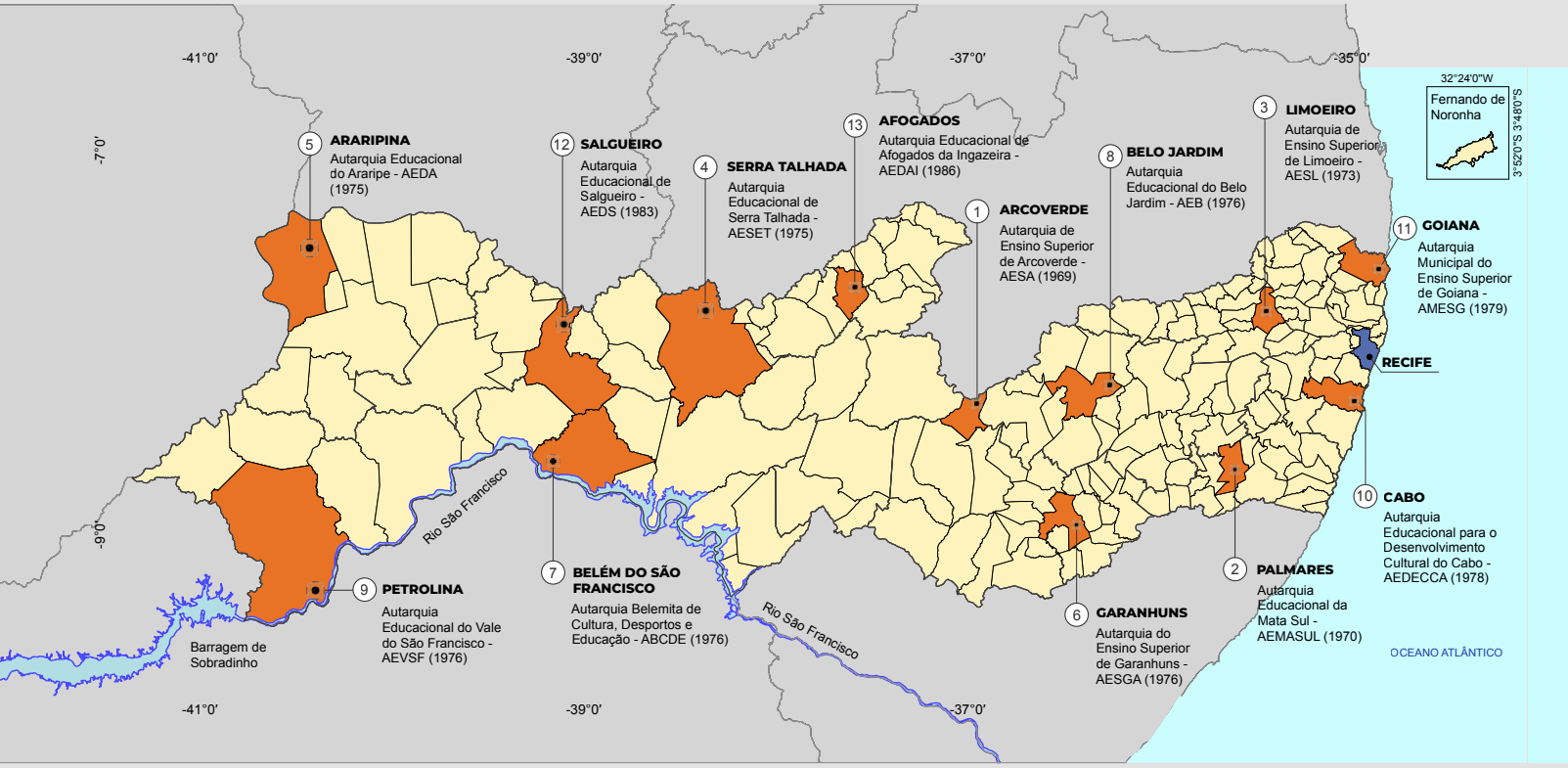
"As autarquias contribuíram muito para a formação no interior, por isso, precisamos de incentivo."

Pouca gente tem conhecimento de que autarquias existentes no interior de Pernambuco oferecem ensino superior e muitos professores que atuam fora do Recife foram formados nessas instituições. A qualidade do ensino ofertado por elas foi comprovada por parâmetros como, por exemplo, o selo OAB Recomenda, conquistado pelo curso de direito da Facape, autarquia de Petrolina.

Apesar da sua importância, elas enfrentam dificuldades. Isso porque, embora sejam instituições públicas – tanto é que são auditadas pelo Tribunal de Contas de Pernambuco –, não estão incluídas no orçamento nem dos municípios onde estão sediadas, nem do Estado. "Somos da administração indireta desses municípios, por isso temos autonomia de gerenciamento e cobramos mensalidade para nossa manutenção", esclarece Ana Gleide Leal, presidente da Assiespe (Associação das Instituições Municipais do Ensino Superior de Pernambuco).

Entretanto, o pleito dessas autarquias, segundo Ana Gleide, é receber recursos públicos para que possam oferecer o ensino gratuito, principalmente porque a maior parte de seus alunos são oriundos da rede estadual. Nesta entrevista a Cláudia Santos, a presidente da Assiespe explica as características e o trabalho realizado por essas faculdades e as ações realizadas pela associação para que elas sejam reconhecidas como instituições públicas e recebam verbas dos governos.

Localização das Autarquias Municipais de Ensino Superior de Pernambuco associadas à Assiespe



Autarquias ASSIESPE Estado de Pernambuco

Como é o trabalho realizado pela Assiespe?

A Assiespe é a Associação das Instituições Municipais do Ensino Superior de Pernambuco. É interessante que a sigla não tem o "M" de municipais. Não trabalhamos bem no passado para que as pessoas compreendessem o que somos e aí ficou a perspectiva de enxergarem a associação como uma instituição privada. Mas não somos. Somos uma instituição pública, que congrega autarquias que mantêm faculdades. Essas autarquias são da administração indireta de 13 municípios do Estado de Pernambuco. Do mesmo jeito existe a UPE, que é instituição estadual de ensino superior, nós temos 13 instituições municipais de ensino superior.

Nós criamos, há mais de 20 anos, a associação que traz a perspectiva de agregar e defender essas instituições e de buscar recursos. Essas 13 autarquias mantêm 19 faculdades e elas estão nos municípios: Petrolina, Araripina, Salgueiro, Belém do São Francisco, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira, Arcoverde (que é

a mais antiga, criada em 1969), Belo Jardim, Palmares, Garanhuns, Limoeiro, Goiana e Cabo de Santo Agostinho. Temos um total de 14 mil estudantes nessa nossa estrutura.

Somos uma instituição pública municipal e fazemos parte do sistema de ensino do Estado e temos um relacionamento com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, porque as políticas do Estado para ensino superior passam pela secretaria.

As autarquias recebem recursos públicos?

Não. As autarquias não recebem recurso nenhum, nem do Estado, nem municipal. Temos uma realidade que nos diferencia das instituições de ensino superior pública: nós cobramos mensalidade para nossa manutenção porque não estamos nos orçamentos dos municípios onde estamos instalados. Esse valor é o que sustenta as nossas instituições. Mas somos da administração indireta desses municípios, por isso temos autonomia de gerenciamento. O que nos diferencia das instituições privadas é que não temos o lucro como finalidade, por isso que nossos valores são bem menores, são valores acessíveis. Mas se o município assumir essas instituições com a folha de pagamento e tudo mais, a oferta dos cursos passa a ser gratuita para os estudantes.

É preciso que o Governo de Pernambuco e os municípios nos reconheçam não como uma instituição privada. Essas autarquias são auditadas pelo Tribunal de Contas, temos todas as responsabilidades de um governo municipal, de pagamento de folha, obrigações sociais. Essa lógica já nos diferencia de forma sem igual de uma instituição privada, a diferença é que como autarquia municipal de administração indireta nós temos autonomia.

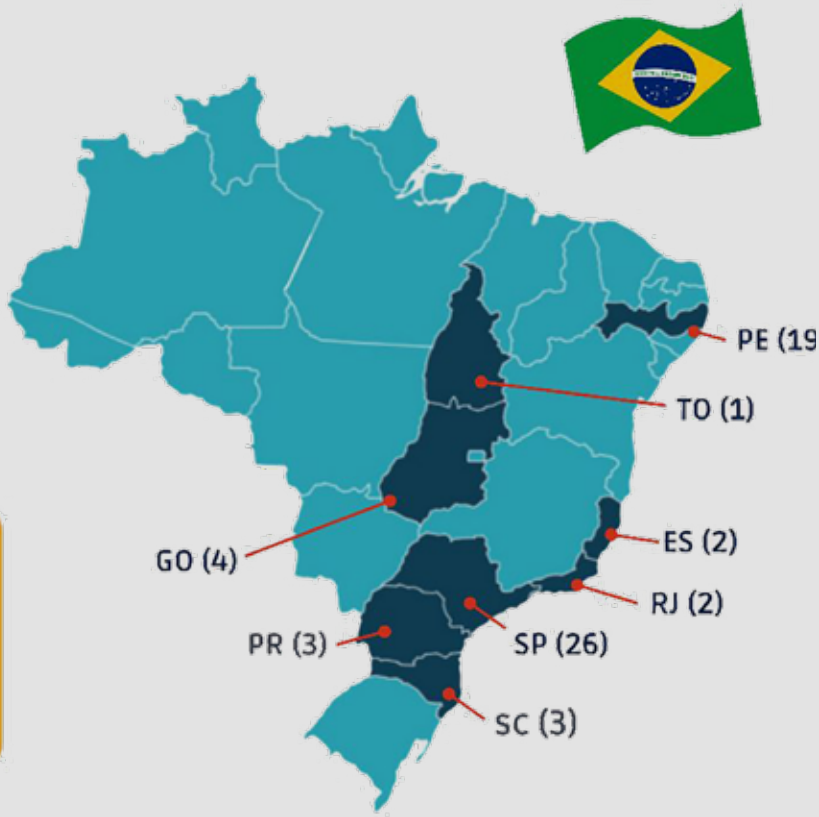
Pernambuco é o único Estado do Nordeste que tem autarquias, instituições municipais de ensino superior, e essa é uma realidade desde a década de 1970, quando se autorizou a criação dessas instituições ligadas ao município. Nesse período de interiorização do ensino superior, as autarquias municipais, por meio de suas faculdades, contribuíram muito para a formação do profissional no interior do Estado, então é graças a essas instituições que temos hoje uma quantidade de professores no interior. Por isso, precisamos de incentivo.

AS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DE ENSINO SUPERIOR ESTÃO PRESENTES EM **8 ESTADOS** .

ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, PARANÁ, PERNAMBUCO, RIO DE JANEIRO, SANTA CATARINA, SÃO PAULO E TOCANTINS

UM TOTAL DE 60 IMES EM TODO O BRASIL, SENDO:

5 UNIVERSIDADES
9 CENTROS UNIVERSITÁRIO
46 FACULDADES.



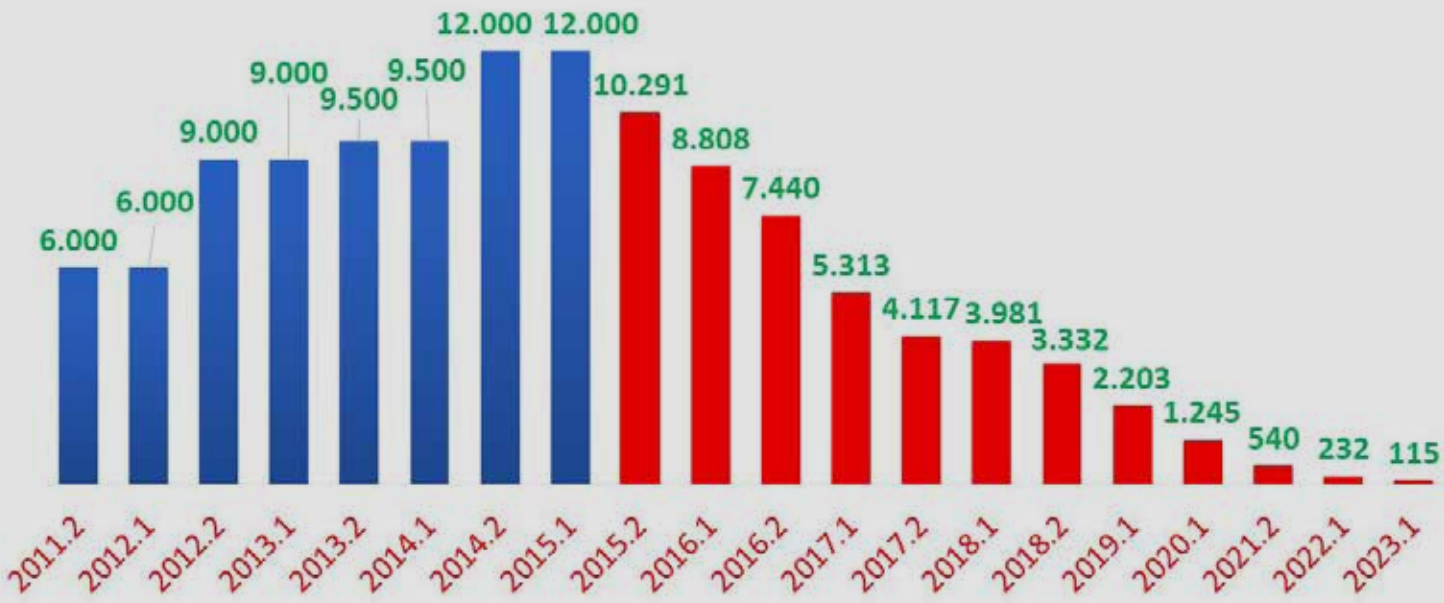
ANIMES

Campus da ABCDE/Cesvasf

Destacamos que no último concurso que a rede estadual ofertou, houve cidades em que 100% dos candidatos eram alunos egressos das autarquias. Na microrregião do Submédio São Francisco, 80% dos professores são alunos oriundos da autarquia que eu presido, a ABCDE/Cevasf (Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco), localizada em Belém do São Francisco, e que tem 47 anos.

Existem no Brasil 60 autarquias municipais de ensino superior, dessas 13 estão em Pernambuco, que foram criadas antes da constituição de 1988. Depois, foi proibida a criação de novas autarquias de ensino superior, lógico, a força das instituições privadas tentando frear um pouco a oferta de ensino superior e também pelo fato de que houve um ordenamento sobre de quem era a responsabilidade do ensino por níveis. Então, ao município coube a responsabilidade da educação básica, ao Estado e à Federação coube a responsabilidade do ensino médio e ensino superior. A partir dali tirou-se do município qualquer responsabilidade orçamentária com o ensino superior. Conheci no Rio de Janeiro instituições municipais, nas cidades de Macaé e Itaperuna. Elas foram criadas depois de 1988 e quem as sustentam são os municípios onde foram criadas, por isso todo o ensino é gratuito para os alunos.

Bolsas Ofertadas pelo PROUPE (2011 - 2023)



2013.2 (81 bolsas)

As autarquias de Pernambuco oferecem somente cursos de licenciatura?

Não, nós temos cursos de bacharelados também. Nós tivemos a abertura desses cursos após o incentivo das bolsas que as autarquias receberam do Estado, por meio do Proupe (Programa Universidades para Todos em Pernambuco), no Governo Eduardo Campos. Foram quase 12 mil bolsas para os estudantes e aquilo despertou para as instituições que elas precisavam também fortalecer no interior a oferta de bacharelados. E fizemos isso.

Só que nesses últimos oito anos ocorreu a diminuição de bolsas e isso afasta o aluno da faculdade. Entendemos que a formação deveria ser gratuita. Por isso vamos atrás de ajuda, mostrando nossa realidade, porque, por meio das autarquias que estão no interior, podemos dar essa condição de acesso ao ensino superior na formação dos nossos jovens que saem das escolas públicas. Porque esse é outro detalhe: identificamos que a maioria dos estudantes da rede estadual é o nosso público.

Na Facape, o curso de direito custa R$ 880, enquanto as instituições privadas que estão ao seu redor cobram R$ 1.500. A faculdade conquistou o selo OAB Recomenda. O custo de um curso da instituição é menor que o investimento do Estado na construção de um campus. (Na foto, alunos de direito da Facape).

Nós mostramos ao governo o quanto investir nas nossas instituições sai muito mais barato. Por exemplo, na Facape (Faculdade de Petrolina), que é mantida por uma autarquia, o curso de direito custa R$ 880, enquanto as outras instituições privadas que estão ali ao seu redor, cobram R$ 1.300, R$ 1.500. A faculdade está entre os melhores de Pernambuco e conquistou o selo OAB Recomenda. Apenas seis instituições em Pernambuco têm esse selo.

Isso é um parâmetro para mostrar que o custo de um curso numa instituição como a nossa que é menor que o investimento do Estado ou do Governo Federal na construção de um campus. Investir nas bolsas para esses estudantes estarem nas autarquias é importante, a um custo bem menor, de forma muito mais prática e de resultado mais rápido. A nossa missão na Assiespe é de auxiliar essas instituições a buscarem investimentos, a dialogarem com os setores público e privado para que possamos melhorar as nossas ofertas de ensino superior no nosso interior.

Recentemente fizemos uma matéria sobre a realidade das universidades do Brasil, que sofreram uma redução drástica no número de alunos principalmente após a pandemia. Vocês também têm sentido essa dificuldade?

Sim. Chegamos a ter 24 mil estudantes em 2014. Tínhamos o incentivo do Proupe, acesso a alguns programas do Governo Federal, isso tudo foi definidor, não só para as autarquias, como também para as privadas. Foi um momento de políticas públicas assertivas. Hoje temos 14 mil estudantes. Essa redução ocorre não só pela pandemia, mas pela falta de incentivo para manter a permanência dos estudantes nas nossas instituições.

Agora, com a pandemia e a oferta do ensino remoto e semipresencial, sentimos a necessidade maior de investir no ensino remoto, porém não houve uma procura tão grande. Observamos que o nosso estudante gosta e necessita desse contato físico com o professor.

Chegamos a ter 24 mil estudantes em 2014. Tínhamos o incentivo do Proupe e acesso a alguns programas do Governo Federal, isso tudo foi definidor. Hoje temos 14 mil estudantes. (Na foto aula do curso de engenharia agronômica da ABCDE/Cesvasf).

Acreditamos que o ensino a distância é um fato mas, no interior do Estado, como também já dialogamos com outras instituições no interior do Brasil, percebemos que a maioria prefere o ensino presencial. Isto porque falta estrutura para os alunos que não têm tecnologia em casa. Voltamos para aquela realidade: precisamos de incentivos.

Os cursos são criados a partir da realidade de cada município?

Sim. Nas autarquias de Garanhuns e Petrolina não há curso de licenciatura mas o bacharelado, em razão das necessidades de desenvolvimento econômico da própria região, e devido ao incentivo do Proupe. Buscamos abrir cursos de bacharelado que estavam atrelados à potencialidade da nossa região. No Estado de São Paulo a maioria das autarquias tem curso de medicina que transformaram a realidade daqueles municípios. Um exemplo é a Faculdade de Medicina da Universidade de Taubaté, onde o vice-presidente Alckmin se formou.

Nas instituições de Garanhuns (Aesga) e Petrolina não há licenciatura, mas o bacharelado, em razão das necessidades de desenvolvimento econômico da própria região, e devido ao incentivo do Proupe. Ambas as instituições ofertam curso de medicina.

Durante um evento, ele fez a defesa das autarquias municipais mostrando o quanto foi importante para a vida dele. Ele disse que dava aula de reforço para pagar a faculdade. Em Pernambuco, as instituições de Garanhuns e Petrolina ofertam curso de medicina e outras já estão pleiteando a oferta.

Mas é importante também destacar os cursos de licenciatura. Existem estudos que apontam que até 2030 teremos um apagão de professores. Se não forem criadas políticas públicas para formar professor teremos problemas. O Estado passou a destinar, por meio do Proupe, 70% das suas bolsas para área de STEM (ciência, tecnologia, matemática e engenharia) e 30% para alunos de licenciatura. Mas precisamos formar pedagogos, professores de português etc.

O Proupe perdeu, ao longo do tempo, a essência. Quando foi criado em 2011 era para ser um programa de incentivo à formação de professores no interior e aí, pelas realidades de alguns locais, houve a cobrança de que as bolsas deveriam ser ampliadas para bacharelados e nessas tentativas de negociações na própria Secretaria de Ciências e Tecnologia, pela sua finalidade, os critérios passaram a incluir investimentos na ciência e na tecnologia.

Temos cursos de bacharelados, que foram abertos após o incentivo das bolsas que as autarquias receberam do Proupe. Mas é importante também destacar os cursos de licenciatura. Existem estudos que apontam que até 2030 teremos um apagão de professores.

Estivemos em reunião com a secretária de Ciência e Tecnologia Mauricélia Montenegro, para dialogar sobre o Proupe. Ela nos informou que existe um comitê gestor que analisa a nova proposta do programa que passará por uma requalificação.

Como os governos têm recebido o pleito dessas autarquias?

Essa é uma luta sem fim e que se dá em um processo. Muda governo, precisamos novamente explicar quem somos e para qual finalidade existimos. Tudo isso se revela pela própria forma de como o governo nos olha, de como entende nossa parceria, então não é tão simples ou tão rápido conquistarmos os espaços.

Neste mês, estivemos em reunião com a secretária de Ciência e Tecnologia, Mauricélia Montenegro, justamente para dialogar sobre o Proupe, que é um programa de estado e está vinculado à essa secretaria. Em 2022, o Proupe foi reformulado, aprovado pela Assembleia e sancionado pelo então governador Paulo Câmara. Pela sua legislação, a cada cinco anos o Proupe deve passar por uma reformulação, o que foi feito em 2022. Passados seis meses do início deste governo, como característica nossa, buscamos manter o diálogo para saber quais as expectativas de lançamento de novo

Estive, com o presidente da Animes (Associação Nacional das Instituições Municipais de Ensino Superior), Antônio Habib, em reunião com a senadora Teresa Leitão para dialogar sobre as ações de apoio político e de fortalecimento das instituições.

edital de bolsas do Proupe. A secretária nos informou que existe um comitê gestor que está analisando a nova proposta do programa que passará por uma requalificação, dando previsão de que até o final do ano deverá ser apresentada a nova estrutura.

Essa notícia, para todos nós, não é boa, não temos o que dizer aos estudantes, pois essa espera é angustiante, haja vista que não estamos participando do diálogo desta reconstrução e que nos últimos oito anos só houve decréscimo no número de bolsas ofertadas. As novas turmas de alunos aguardam por esse fomento para a sua permanência no ensino superior. De fato, essa não é uma luta fácil.

Nos dias 11 e 12 de julho, estive em Brasília, juntamente com o presidente da Animes (Associação Nacional das Instituições Municipais de Ensino Superior), Antônio Habib, em reunião com a senadora Teresa Leitão para dialogar sobre o andamento das ações de apoio político e de fortalecimento institucional das instituições municipais de ensino superior que foram desenvolvidas após o encontro com a parlamentar em seu escritório no Recife, dia 20 de junho.

Mantivemos agenda com a ministra Luciana Santos, quando conversamos sobre a inclusão das instituições municipais de ensino superior na elaboração e na implementação das políticas públicas do Governo Federal. (Acima Antônio Habib, Luciana Santos, Ana Gleide e Claudia Schmeiske).

Mantivemos agenda com a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, quando conversamos sobre a inclusão das Instituições municipais de ensino superior de todo o Brasil na elaboração e na implementação das políticas públicas do Governo Federal. A Ministra foi muito atenciosa, saímos do encontro bastante animados e esperançosos. Luciana agendou uma reunião nossa com o diretor científico do CNPq Olival Freire Junior, que aconteceu nesta terça-feira (18/08), no CNPq.

Nos últimos meses temos envidado todos os esforços, buscando manter em todas as esferas o diálogo e a inclusão das nossas instituições na elaboração e na execução de políticas públicas, quer seja em nível federal, quer seja em nível estadual.

Durante um encontro, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, que, é formado em Medicina pela Universidade de Taubaté [uma autarquia municipal], na sua palestra de abertura, fez questão de enfatizar a sua defesa e o apoio aos interesses das IMES.

Como demonstração de articulação das nossas IMES *(instituições municipais de ensino superior)* em junho, durante o Encontro Educacional das Instituições Municipais de Ensino Superior, em Taubaté (SP), o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que como eu disse, é formado em Medicina pela Universidade de Taubaté, na sua palestra de abertura, fez questão de enfatizar a defesa da municipalidade, inclusive apoiando os interesses das IMES.

Estive presente no evento na condição de vice-presidente das regiões Norte e Nordeste da Animes e, na ocasião, Antônio Habib entregou a Alckmin o documento de parceria de oferta de vagas entre o Governo Federal e as autarquias de ensino municipais. Se aprovado, o projeto beneficiará, pelo menos, 30 mil estudantes dessas instituições em todo o País. A proposta também foi entregue ao diretor de Políticas e Programas de Educação Superior, Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca. Todos esses esforços são em defesa das nossas instituições e em razão da sua importância na formação de bons profissionais no Brasil.

voltar

Algomais Sustentabilidade

Da redação da Algomais

PROJETO REALIZA IMPLANTAÇÃO DE AGROFLORESTAS NO AGRESTE

A Semas (Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha) realiza, em parceria com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, o projeto Águas da Serra. Contemplado no edital 01/2021 do Fema (Fundo Estadual de Meio Ambiente), o projeto tem o objetivo de implantar um sistema de agroflorestas para moradores do município de Jataúba, no Agreste de Pernambuco, para promover a recuperação das nascentes do Rio Capibaribe.

O projeto, que tem duração de 12 meses, e busca sensibilizar e capacitar cerca de 12 famílias agricultoras, quatro jovens guardiões e 30 estudantes do ensino fundamental para que eles entendam a importância da proteção às APPs (Áreas de Proteção Permanente). Para isso, promove o reflorestamento em quatro nascentes do Capibaribe que sofrem com o processo de degradação ambiental, por meio da implantação de quatro sistemas de agroflorestas e três de reuso de águas cinzas. Também realiza debates sobre a preservação de mata ciliares, mananciais e reservatórios, essenciais para o abastecimento público e demais atividades da localidade.

As agroflorestas consistem em um novo modelo de uso do solo. Nelas, as plantações e cultivos são feitos em consonância com a flora natural da floresta e o cultivo é totalmente orgânico, com espécies enriquecedoras para o ecossistema. Com elas, o meio ambiente da região sofre menos degradações em relação ao cultivo em larga escala e à monocultura.

O projeto ainda realiza ações de educação ambiental para 30 estudantes e duas educadoras da rede municipal de ensino de Jataúba, além de atividades formativas com potencial de recrutar e mobilizar novos integrantes. Ao todo, a ação vai atingir mais de 135 famílias agricultoras de diversas comunidades que usufruem diretamente dos recursos da água das nascentes e dos riachos.

ATÉ 2060, 40% DA CAATINGA PODE SER AFETADA PELA MUDANÇA CLIMÁTICA

Perda de espécies, substituição de plantas raras por outras mais generalistas e homogeneização de 40% da paisagem são as principais consequências das mudanças climáticas na caatinga, bioma que tende a apresentar clima ainda mais árido no futuro. A previsão é de um estudo cujos resultados foram divulgados no *Journal of Ecology*.

Pesquisadores das universidades Federal de Pernambuco, Estadual de Campinas, Federal da Paraíba, Federal de Viçosa e do Instituto Federal Goiano se debruçaram sobre dados de coleções científicas, herbários e da literatura para compilar um banco de dados inédito, com mais de 400 mil registros de ocorrência de cerca de três mil espécies de plantas do bioma. Por meio de modelos avaliados e validados, com diferentes tipos de algoritmos estatísticos e inteligência artificial, foram feitas mais de um milhão de projeções com as possíveis respostas das espécies da caatinga às mudanças climáticas do futuro.

ÍNDICE MOSTRA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS BACIAS DO PARNAÍBA E SÃO FRANCISCO

Pesquisadores brasileiros combinaram indicadores ambientais, físicos e socioeconômicos para criar um índice capaz de expor diferentes níveis de vulnerabilidades socioambientais de acordo com as características da região. Com essa abordagem inovadora, o Sevi (Índice de Vulnerabilidade Socioambiental) foi aplicado para as bacias dos rios Parnaíba e São Francisco, localizadas na região Nordeste.

Consideradas cruciais, tanto para a expansão do agronegócio como para a conservação da biodiversidade, as duas bacias abrangem mais de 780 municípios brasileiros e englobam parte da caatinga e do cerrado, biomas que não só enfrentam o desmatamento como estão ameaçados pelos efeitos das mudanças climáticas.

O resultado do estudo apontou que no São Francisco, os fatores mais significativos de vulnerabilidade estão ligados à densidade populacional, degradação do solo, uso da terra e indicadores de clima, como temperatura e precipitação. Já para a região do Parnaíba, segunda maior bacia do Nordeste, a principal limitação para reduzir as fragilidades socioambientais é a capacidade adaptativa, ou seja, déficits de infraestrutura, de renda e de condições para o desenvolvimento humano.

Essas conclusões estão em artigo publicado na revista *Sustainability* por cientistas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). Teve apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo) e do projeto Forests 2020, que é parte do International *Academic Partnership Program*, da Agência Espacial do Reino Unido, e reúne especialistas em monitoramento florestal de vários países.

voltar

NOVO ALGOMAIS.COM

MAIS MODERNO.
MAIS INFORMAÇÃO.
MAIS PERNAMBUCO.

Acesse
www.algomais.com

RAMAL DE SUAPE MAIS PRÓXIMO DE SE TORNAR REALIDADE

A união de políticos de diferentes correntes partidárias, da classe empresarial e da sociedade civil organizada começa a dar resultados e cresce a perspectiva de que a obra será realizada com verbas públicas, podendo ter participação da Bemisa numa segunda etapa.

Rafael Dantas

O projeto da Transnordestina percorreu alguns passos, de volta, em direção a Pernambuco. Após a remoção da linha Salgueiro-Suape, em dezembro do ano passado, uma forte articulação empresarial e política está construindo uma alternativa para a retomada das obras. O primeiro vagão a voltar aos trilhos é sobre o financiamento. As sinalizações do Governo Federal são de que o empreendimento em solo pernambucano seja anunciado no PAC 3 - Programa de Aceleração do Crescimento e entre no PPA (Plano Plurianual), que define o orçamento para os próximos anos. Enquanto não acontece o anúncio oficial, o movimento em defesa do transporte sobre trilhos no Estado segue avançando.

Nesta semana, 32 organizações empresariais assinaram na sede da Fiepe o documento *Pela garantia de conclusão da Transnordestina até o Porto de Suape*. É uma locomotiva da sociedade que tem posicionado esse empreendimento como uma prioridade para a economia regional. "A perda desse trecho significa para nós uma mutilação tão grande quanto foi a perda da Comarca das Alagoas e da Comarca do São Francisco, quando das revoluções de 1817 e 1824. Estamos hoje neste momento especial de fazer essa mobilização para que o trecho Salgueiro-Suape seja recolocado no desenvolvimento de Pernambuco", disse no evento Francisco Cunha, consultor da TGI Consultoria e presidente do comitê de *Business Affairs* da Amcham Recife, antes da leitura que fez do manifesto das entidades.

Para Francisco Cunha, a perda do trecho Salgueiro-Suape da ferrovia significa para Pernambuco uma mutilação tão grande quanto foi a perda da Comarca das Alagoas e da Comarca do São Francisco, quando das revoluções de 1817 e 1824.

O tom histórico dado à essa luta estava representado na mesa da Fiepe que reuniu opositores políticos que formaram um consenso em torno da pauta. "A perseverança necessária e a mobilização das bancadas, da sociedade civil e do Governo do Estado fez a gente ser reincluído na fala. A gente precisa agora é ser reincluído no orçamento, para recomeçar a obra com orçamento público pela Infra S.A., que faz ferrovias pelo Brasil", afirmou a governadora Raquel Lyra (PSDB-PE).

A esperança de que o pleito dos empresários será atendido, veio com a fala do senador Humberto Costa (PT-PE). "A decisão sobre a continuidade da Transnordestina está tomada. O presidente nos disse isso", garantiu durante o evento na Fiepe. "Agora, no final do mês, ou no máximo no começo de agosto, será lançado o novo PAC. A retomada da Transnordestina está garantida ali. Agora, a gente só tem condições de abrir mão de estarmos nos

Raquel Lyra ressaltou a união dos pernambucanos em defesa de Suape. "A mobilização das bancadas, da sociedade civil e do Governo do Estado fez a gente ser reincluído na fala. A gente precisa agora é ser reincluído no orçamento, para recomeçar a obra com orçamento público pela Infra".

reunindo quando isso estiver devidamente garantido, viabilizado e no orçamento", ressalvou o senador.

Além da sinalização de Humberto Costa de que o empreendimento estará contemplado no PAC, o superintendente da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Nordeste), Danilo Cabral, anunciou que no Plano de Desenvolvimento Regional do órgão o trecho pernambucano também está contemplado. "A Sudene, cumprindo seu papel, aprovou, na semana passada, o Plano Regional de Desenvolvimento para o Nordeste. A Transnordestina hoje não significa mais Suape-Salgueiro, significa Pecém. O trecho Suape-Salgueiro vai receber outro nome. Mas a gente reposicionou a ferrovia no nosso plano para, inclusive, fazer

parte do próximo PPA. A Sudene é parte obrigatória da solução da questão da Transnordestina. Essa é uma obra da unidade dos pernambucanos, da mesma forma como foi Suape", comparou Danilo Cabral. Ele lembrou que a superintendência tem mais de R$ 3 bilhões já investidos na atual obra da ferrovia.

Outras fontes de financiamento, que foram acessadas pela Transnordestina SA, também estão na mira para a retomada das obras da linha pernambucana, segundo a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos. "O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste também é um dos caminhos para buscarmos os recursos. Aliás, o presidente Lula determinou que é preciso revisitar todos os fundos disponíveis para que não sirvam só para o superávit primário. Mas precisam servir para investir no setor produtivo, gerador de produção de riquezas. Acredito que vamos ganhar mais uma batalha, que é do povo brasileiro".

Danilo Cabral disse que a Sudene reposicionou a Transnordestina no Plano Regional de Desenvolvimento para o Nordeste para fazer parte do PPA. Humberto Costa afirmou que Lula assegurou a continuidade da ferrovia e a expectativa é que ela seja incluída no Novo PAC.

Crescem as menções sobre a Infra S.A. (antiga Valec) como a empresa que fará a retomada das obras até que se encontre um parceiro privado para assumir a concessão. (Na foto o ministro Renan Filho e o diretor-presidente da Infra Jorge Bastos).

Foto: Rafael Santiago

NOVO COMANDANTE DA LOCOMOTIVA À VISTA

Nas últimas semanas cresceram as menções sobre a Infra S.A. (antiga Valec) como a empresa que fará a retomada das obras até que se encontre um parceiro privado para assumir a concessão. Caso não seja viabilizada uma parceria público-privada para o empreendimento, o Governo Federal seguirá como responsável pela construção do trecho pernambucano.

A escolha pela Infra S.A. será mais um vagão sendo colocado no trilho de retomada das obras do empreendimento no Estado, que ficou sem direção após a amputação do trecho pela TLSA. A empresa, inclusive, é acionista minoritária do trecho que segue para Pecém, com 36,47% do capital social constituído da Transnordestina S.A. Foi por intermédio da Infra S.A., vinculada ao Ministério dos Transportes, que foi demandado o estudo sigiloso da Mckinsey sobre a ferrovia na região.

"Nossa expectativa é que todo esse esforço do povo pernambucano seja transformado no compromisso do Governo Federal de reiniciar as obras do trecho Salgueiro-Suape já a partir do ano que vem com recursos públicos do orçamento da União, através da Infra S.A. E garantir que para cada dormente que seja instalado, cada metro de trilho colocado lá, ela se torne ainda mais viável para atrair também investimentos privados que podem concluir a obra. Que possamos ver a Transnordestina se tornando realidade na sua visão de integração regional, que uniu o Piauí, o Ceará e Pernambuco", afirmou o deputado Pedro Campos (PSB-PE).

Na semana passada, o atual presidente da companhia, Jorge Bastos, esteve na Paraíba, onde defendeu pretender retomar as obras da malha ferroviária local, ligando-a à Transnordestina. O Estado vizinho também sofreu a interrupção das operações ferroviárias de carga, após a privatização da antiga RFFSA (Rede Ferroviária Federal). A construção da linha Salgueiro-Suape é condição necessária para reativação de ramais ferroviários para Paraíba e Alagoas.

> *"Nossa expectativa é que todo esse esforço do povo pernambucano seja transformado no compromisso do Governo Federal de reiniciar as obras do trecho Salgueiro-Suape já a partir do ano que vem com recursos públicos do orçamento da União, através da Infra S.A."*
>
> *Pedro Campos*

Em reunião do Consórcio Nordeste, o Governo Federal pediu aos governadores para elencar as principais obras a serem concluídas ou iniciadas pela União e a Transnordestina foi colocada de maneira consensual pelos gestores dos Estados.

Esse interesse dos estados vizinhos pela conexão com o tronco Salgueiro-Suape da ferrovia é outro ingrediente que contribui para a mobilização política e empresarial pela retomada do trecho, que tem relevância regional. A governadora Raquel Lyra, inclusive, destacou que a execução da ferrovia foi uma das prioridades apontadas pelo Fórum dos Governadores do Nordeste. "Quando nos reunimos com o Consórcio Nordeste, o Governo Lula nos pediu para elencar as principais obras a serem concluídas ou serem iniciadas pelo Governo Federal e lá estava colocada, de maneira consensual pelos governadores, a Transnordestina".

Ricardo Essinger (na foto entregando o documento dos empresários a Raquel Lyra) *anunciou a realização de um estudo pelo Observatório da Indústria sobre a demanda de cargas no trecho Salgueiro-Suape, tanto a já existente, como as que poderão ser criadas.*

NOVOS ESTUDOS SOBRE POTENCIAL DE CARGAS EM PERNAMBUCO

Um novo combustível para essa locomotiva de articulação da sociedade será a realização de um estudo de demanda de cargas do trecho pernambucano. A pesquisa, anunciada no evento, será realizada pelo Observatório da Indústria. A organização, que é um centro de inteligência ligado ao Senai-PE, já possui uma vasta base de informações econômicos do Estado e fará um novo trabalho de coleta de dados em campo para indicar todas as mercadorias e insumos que podem ser transportados pelo modal.

"Esse estudo está sendo feito pelo Observatório da Indústria, não só pelo banco de dados que já temos mas, também, com pesquisa em campo. Temos 130 bancos de dados oficiais, que são intercalados para se ter conhecimento do que já existe. Estamos terminando a viabilização e, em três meses, no máximo,

teremos a parte de campo executada. Vamos pesquisar todas as possibilidades de produção agrícola e industrial, do que temos e do que se pode ter ao longo de toda a Transnordestina, de acordo com as condições locais", explicou Ricardo Essinger, presidente da Fiepe.

Nas últimas reportagens da série *Era uma vez uma ferrovia* vários representantes setoriais já indicavam a demanda reprimida de transporte de cargas. Setores produtivos ao longo do percurso da ferrovia, como o avícola, o gesseiro e o sucroenergético são alguns dos grandes clientes que o modal deverá ter quando iniciar sua operação. Como a Transnordestina teve seu primeiro anúncio em 2006, com previsão de conclusão das obras em 2010, passados já 17 anos da concessão à TLSA, os novos dados são relevantes para a atração de um novo parceiro.

BEMISA PERMANECE NO HORIZONTE

Apesar da promessa de que, se necessário, o Governo Federal faria toda a obra entre Salgueiro e Suape da ferrovia, a declaração do deputado federal Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE) deixou claro que existe uma empresa com negociações mais avançadas para assumir a segunda fase do empreendimento: a Bemisa.

"Temos em torno de R$ 6 bilhões para a conclusão da Transnordestina. O Governo Federal se compromete a investir R$ 2 bilhões, que estará no Novo PAC, que será lançado pelo presidente Lula, na primeira semana de agosto. Os outros R$ 4 bilhões, a Bemisa sinaliza que tem interesse em fazer a conclusão da obra. Será um misto de poder público e iniciativa privada, para que de fato a gente possa ter essa Transnordestina saindo do papel, entregue a população, pois ela é fundamental para o escoamento da produção", antecipou o deputado Silvio Costa Filho.

Em 2022, a Bemisa recebeu a autorização do Governo Federal para construir um sistema que conectasse Suape a Curral Novo (PI), onde ela detém reservas de minérios. O porto ofereceu uma área para a empresa implantar um Terminal de Granéis Sólidos Minerais.

Sílvio Costa Filho afirmou que a conclusão do trecho Salgueiro-Suape custaria em torno de R$ 6 bilhões e que o Governo Federal se compromete a investir R$ 2 bilhões. "Os outros R$ 4 bilhões, a Bemisa sinaliza que tem interesse concluir a obra".

A empresa mineira recebeu durante o Governo Bolsonaro a autorização ferroviária para construir um sistema que conecta o Porto de Suape à região de Curral Novo, no interior do Piauí, onde ela detém reservas de minérios. A Bemisa anunciou também, no ano passado, que implantaria um Terminal de Granéis Sólidos Minerais no Complexo Industrial Portuário de Suape. Só no terminal seriam aportados R$ 1,5 bilhão.

Seja com a Bemisa, com outro parceiro privado ou com obras 100% públicas, a retomada da Transnordestina será a grande obra estruturante para o Estado entrar no orçamento federal neste ano. Mesmo com todos os gestos indicando que há uma decisão presidencial já tomada na volta do empreendimento a Pernambuco, a articulação empresarial e política deve permanecer até que as primeiras cargas sejam transportadas por trilhos partindo de Suape. a

voltar

Última Página

Francisco Cunha

"NÃO HÁ VENTO FAVORÁVEL PARA QUEM NÃO SABE ONDE DESEJA IR"

Enquanto acompanhava atentamente da plateia, depois de ler no palco o manifesto pela inclusão do trecho em Pernambuco da Transnordestina no PAC e no PPA, as falas dos empresários e políticos no evento articulado pelas entidades empresariais pernambucanas na Fiepe, semana passada (ver matéria de capa desta edição), tive consolidado meu entendimento de que estamos nesta situação, que classificaria de dramática, por causa do quase completo desmantelamento do planejamento público estratégico no País.

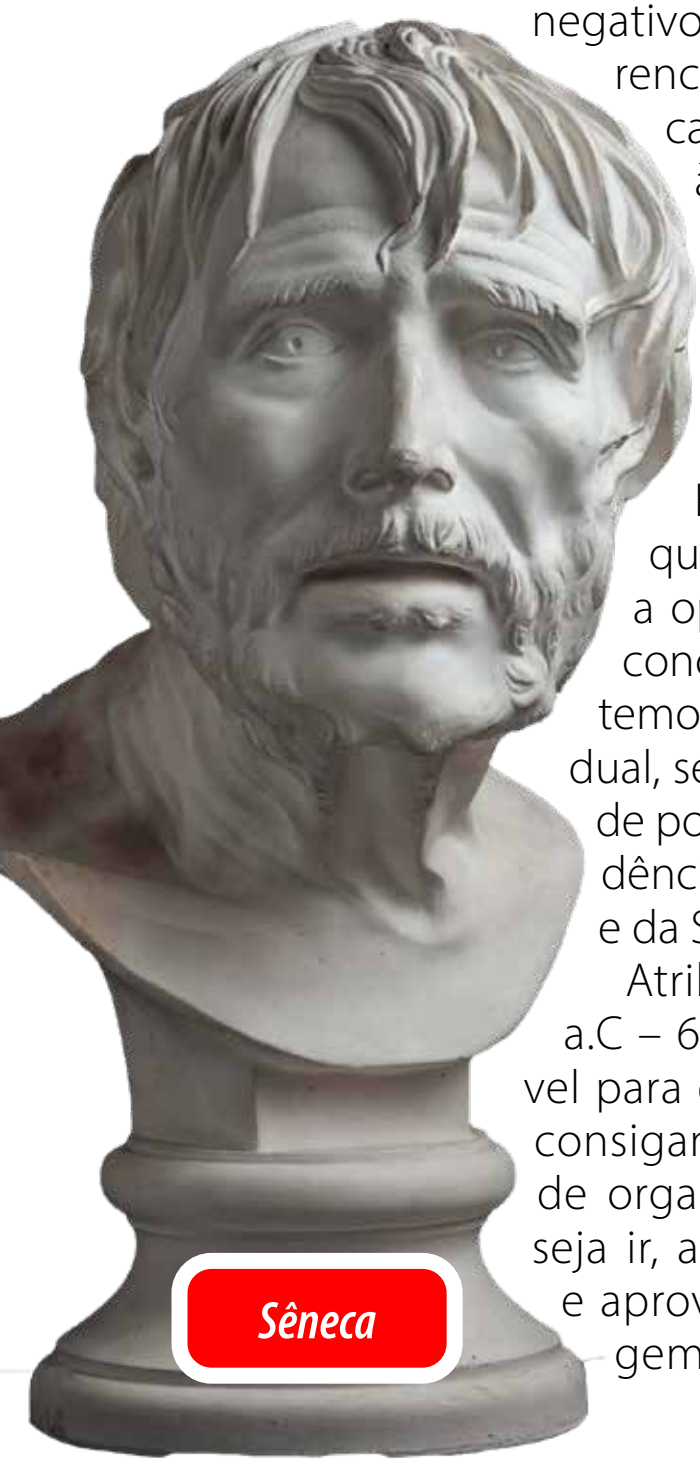
Se não, vejamos. A começar do nível federal, chegamos ao cúmulo, no governo passado, depois de décadas de desprestígio, com a extinção do ministério do Planejamento, fundindo-o num mal ajambrado ministério da "Economia", reunindo num só lugar, de forma totalmente inadequada (só para falar de um aspecto danoso), quem cuidava da elaboração do orçamento e quem cuidava de sua execução financeira. No nível regional, a absurda extinção da Sudene no governo de Fernando Henrique Cardoso causou um dano enorme ao Nordeste que, nem a sua "substituição" pelo Banco do Nordeste (como pretendiam os proponentes e operadores da extinção), nem a sua tímida recriação anos depois, sequer chegaram a mitigar. No plano estadual, a lenta agonia da hoje agência Condepe/Fidem, infelizmente, terminou por contribuir com a perda da capacidade provocativa essencial que

teve na época de sua criação, na década de 1950, para a deterioração do posicionamento estratégico de Pernambuco na região e no País. No âmbito municipal do Recife, o desmantelo vem de longe e só mais recentemente começou a ser minimamente revertida a perda de capacidade propositiva de longo prazo.

A inacreditável eliminação (do Natal para o Ano Novo do ano passado) do trecho pernambucano da Transnordestina é, para mim, uma espécie de trágico coroamento desta terrível incapacidade de planejar no longo prazo. O Governo Federal não soube, até a consumação da exclusão, distinguir o que é uma concessão privada do que é uma diretriz de desenvolvimento regional. A Sudene esteve nos últimos anos completamente alheia ao processo, com a capacidade de planejar e conduzir o desenvolvimento regional drasticamente reduzida. No âmbito estadual, as instâncias de planejamento, não obstante terem trabalhado muito para encontrar uma alternativa à permanente má vontade

da concessionária para com o trecho ferroviário estadual, não conseguiram articular uma visão exequível e disseminada de futuro para o Estado como um todo considerando, inclusive, suas enormes desvantagens competitivas em termos de clima, território e recursos naturais face às enormes exigências contemporâneas da revolução tecnológica do conhecimento e das mudanças climáticas.

Os eventos recentes, sejam aqueles positivos relacionados à articulação da sociedade civil como vimos na Fiepe, sejam aqueles negativos relacionados à articulação concorrencial contra os interesses dos pernambucanos ou, ainda, aqueles relacionados às avassaladoras mudanças tecnológicas e climáticas, nos induzem a crer que é mais do que chegada a hora de restaurar a indelegável capacidade de planejamento público estratégico em todas as esferas federativas. E, em sendo assim, minha sugestão é que os pernambucanos, aproveitando a oportunidade do evento da Fiepe, nos concentremos na instância sobre a qual temos maior governabilidade que é a estadual, sem desconsiderar, claro, a oportunidade política atual de termos à frente da Presidência da República, do Banco do Nordeste e da Sudene três políticos pernambucanos.



Sêneca

Atribui-se ao filósofo romano Sêneca (4 a.C – 65 d.C.) a frase: "Não há vento favorável para quem não sabe onde deseja ir". Que consigamos definir, com o apoio da sociedade organizada, para onde Pernambuco deseja ir, antecipando os ventos desfavoráveis e aproveitando bem os favoráveis que surgem. Que Sêneca nos inspire! a

voltar

kallas.com.br

ADA VEZ+ MODERNA, ADA VEZ+ DIGITAL.

LANÇAMENTO
AIRMUB E STATIONMUB

17 AEROPORTOS
+4 METRÔS
NO NORDESTE

145 FACES
+60 FACES

CIRCUITOS
NA JORNADA DO CONSUMIDOR

MEDIDAS
PADRÃO MUB

LOOPING 1'
(6 CLIENTES)

VINHETAS
10"

CAMPANHAS
SEMANAIS

NÃO SE ATRASE! EMBARQUE NOS NOVOS CIRCUITOS DIGITAIS DA KALLAS.

A empresa que
mais entende de brasileiros

Kallas
MÍDIA OOH

AEROPORTOS | MOBILIÁRIO URBANO | GRANDES FORMATOS | TRILHOS | PORTO | TÁXI | VAREJO